

Representação ou Simulação?

O Vazio Político da FPA em Temas Estruturais

Durante anos, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se apresentou como a principal linha de defesa do setor produtivo nacional. Com dezenas de parlamentares, influência no Executivo e interlocução direta com entidades do agronegócio, construiu a imagem de um bastião conservador, voltado à proteção da propriedade privada, da competitividade e da soberania econômica.

Porém, nos últimos anos, a representação deu lugar à simulação. Em nome de uma suposta “modernização institucional”, a FPA passou a incorporar – de forma quase automática – os termos e as pautas dos organismos internacionais. O vocabulário da agenda ESG, os compromissos climáticos da OCDE, os arranjos de mercado com fundos europeus, tudo passou a ser absorvido com naturalidade, mesmo quando isso implicava amarras regulatórias, custos jurídicos e erosão de autonomia para o setor que a própria FPA diz representar.

O ponto de ruptura, porém, ficou explícito quando o Brasil virou alvo direto de uma tarifa de 50% imposta pelos EUA. Não por razões tarifárias clássicas – mas por um diagnóstico geopolítico: insegurança jurídica, censura institucional, perseguição política e instabilidade regulatória.

Nesse momento, esperava-se que a FPA assumisse o protagonismo. Afinal, tratava-se de um ataque direto à base exportadora do país, sob argumentos abertamente políticos. Mas o que se viu foi o silêncio. Reuniões burocráticas. Notas diplomáticas vazias. Uma recusa deliberada em admitir que o problema era institucional – e que não havia solução técnica possível para uma crise de natureza política.

Enquanto isso, Eduardo Bolsonaro, com trânsito real junto à equipe de Donald Trump, foi aos EUA denunciar a instabilidade do sistema brasileiro. Expôs, com clareza, o que a FPA se recusava a reconhecer: que o Brasil passou a ser visto como jurisdição de risco, e que o cerne da crise está na degradação institucional do país.

A resposta da FPA não foi se somar ao esforço – ao contrário, criticou a “ação isolada”.

Mas o constrangimento não veio por divergência estratégica. Veio porque alguém que não faz parte da engrenagem institucional teve mais eficácia do que toda a estrutura que há anos se apresenta como voz do agro. A crítica de Pedro Lupion, presidente da FPA, soou mais como incômodo com a visibilidade de Eduardo do que como defesa de uma estratégia alternativa. O que se questionou não foi o conteúdo da denúncia, mas quem ousou vocalizá-la.

A verdade incômoda é que a FPA, hoje, representa mais o “ambiente institucional” do que o setor produtivo real. Está integrada à lógica dos fóruns multilaterais, das certificações importadas, das soluções compatíveis com os manuais de Paris e Bruxelas – mas profundamente alheia ao que de fato ameaça o país: a corrosão do Estado de Direito.

Na hora de aplaudir as metas climáticas, a FPA está presente. Na hora de defender o produtor que é punido por instabilidade jurídica, ela silencia. Na hora de questionar a censura e a criminalização da oposição, ela se ausenta.

Talvez não seja mais o agro que esteja mal representado. Talvez seja a FPA que tenha trocado a representação por um simulacro – confortável, bem relacionado, mas cada vez mais desconectado da realidade que diz proteger.

- A FPA abandonou seu papel de defensora do agro e passou a assimilar passivamente pautas internacionais, mesmo quando prejudiciais ao setor.
- Diante da tarifa de 50% imposta pelos EUA, a FPA optou pelo silêncio institucional, enquanto vozes externas ao establishment, como Eduardo Bolsonaro, denunciaram a crise.
- A atuação da FPA hoje serve mais aos fóruns multilaterais e ao discurso político aceitável do que à defesa concreta da soberania produtiva e jurídica do país.

